

Intervenção de abertura da 10ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto do PCP

Belmiro Magalhães, membro do Comité Central, do Secretariado e do Executivo da DORP e responsável pela Organização da Cidade do Porto do PCP

Boa tarde Camaradas,

Realizamos a nossa 10ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto do PCP exactamente dois anos depois de ter lugar a 9ª Assembleia, dando cumprimento ao objectivo de levar a cabo com uma regularidade bianual este importante momento da vida da nossa organização partidária.

Trata-se de um momento particularmente importante porque significa o cumprimento da necessária prestação de contas pelo trabalho realizado, de actualização da nossa análise dos principais desenvolvimentos da situação política, económica e social ao nível local, do apuramento das nossas principais orientações de trabalho para o futuro imediato e a eleição de uma nova Direcção da Organização da Cidade do Porto.

Em bom rigor, a nossa 10ª Assembleia da Organização da Cidade do Porto não começou hoje, mas há vários meses atrás e implicou a realização de 14 assembleias plenárias tendo em vista a discussão do Ante-Projecto de Resolução Política e o envolvimento do máximo de militantes do Partido na construção e na definição da orientação colectiva. Portanto, em bom rigor, encarando a nossa Assembleia de Organização como um processo, estamos hoje a concluir a sequência de etapas que compõem os nossos trabalhos relacionados com a Assembleia.

As propostas que hoje estão à consideração dos camaradas delegados são resultado de um amplo trabalho, espelhando a discussão que teve lugar nas organizações do Partido.

Pensamos que a nossa 10ª Assembleia de Organização dará um importante contributo para o reforço da organização e da intervenção do Partido, renovando e rejuvenescendo os nossos organismos, responsabilizando mais camaradas, ajudando a uma actividade mais activa e diversificada, mais ligada à vida da cidade do Porto e aos problemas concretos das suas gentes.

Nesta abordagem inicial do nosso método de funcionamento interno, vale a pena sublinhar que o PCP é um partido diferente dos outros, é um partido com um projecto revolucionário de transformação da sociedade, é um partido que assume corajosamente e sem margem para dúvidas o seu objectivo de substituir o capitalismo, com todas as suas injustiças, por uma sociedade socialista, sem exploradores nem explorados. E porque o PCP é um partido com objectivos radicalmente diferentes dos outros partidos, tem também uma forma diferente de organização e de intervenção.

Camaradas,

A evolução da cidade do Porto nos últimos dois anos marcados pela concretização do Pacro de Agressão subscrito pelas troikas nacional e estrangeira traduziu-se numa redução significativa da sua população, no envelhecimento e empobrecimento dos seus moradores e numa alteração

significativa do seu tecido económico. Não apenas se mantiveram como se agravaram na cidade as fortes assimetrias ao nível do desenvolvimento das suas freguesias.

As políticas de direita seguidas nas últimas décadas quer ao nível nacional, quer ao nível local têm agravado as injustiças, tornando o Porto uma cidade mais pobre e desigual.

Conforme é referido no Projecto de Resolução Política em discussão, são vários os indicadores que comprovam a triste realidade do agravamento da situação social e económica do Porto: 10% dos portuenses são beneficiários do Rendimento Social de Inserção; a elevada taxa de desemprego, agravada ainda mais para os jovens; o acentuado envelhecimento; a perda de população, que se estima ser na ordem dos 9 habitantes por dia!

O ataque aos serviços públicos consubstanciado também no ataque aos trabalhadores do sector público, tem-se traduzido no encerramento de serviços e no aumento do seu custo. Neste contexto, encerraram ou estão apontados para encerramento diversas unidades de saúde e serviços de urgência, escolas, postos dos correios e esquadras e postos da PSP, a par com o início do processo de privatização das empresas públicas de transportes STCP e Metro do Porto.

A política municipal tem servido o mesmo propósito com a concessão a privados de serviços públicos e equipamentos sociais da cidade.

Os serviços municipais de recolha do lixo e limpeza da via pública privatizados, correspondentes a cerca de 50% do território do concelho, já custaram ao erário público, até ao momento, mais de 18 milhões de euros acima do que o que foi anunciado. Este exemplo demonstra claramente que uma política municipal ao serviço do povo não apenas não deve concretizar novas opções de privatização de serviços, como ainda deve colocar em cima da mesa a reversão para o Município dos serviços presentemente privatizados.

Camaradas,

No período decorrido desde a 9ª Assembleia de Organização tiveram lugar as eleições autárquicas e europeias, que constituíram duas importantes batalhas de afirmação do projecto alternativo protagonizado pelo PCP e pela CDU.

As eleições autárquicas de Setembro de 2013 produziram resultados que, a nível nacional e regional, foram globalmente muito positivos com o reforço de nº de votos e de mandatos da CDU. A eleição de novos vereadores da CDU nos concelhos limítrofes do Porto (Matosinhos, Maia, Gondomar e Valongo) e o reforço de posições na maioria das Assembleias Municipais e dezenas de freguesias do distrito, veio mostrar a consolidação da influência da CDU e do PCP.

No entanto, no caso específico da cidade do Porto, num contexto de redução do nº de eleitores inscritos, de crescimento da abstenção e com particularidades políticas muito próprias, as listas da CDU registaram uma redução de votos, tendo, no entanto, conseguido, ao contrário dos outros partidos, manter todos os mandatos nos órgãos municipais e eleger representantes em todas as autarquias de freguesia.

Estas eleições resultaram na vitória, sem maioria absoluta, da Lista de Rui Moreira, apoiada oficialmente pelo CDS/PP e por militantes do PSD, para além de outros sectores da direita e do

poder económico da cidade. Esta candidatura resultou de divisões no espaço político do PSD, que se acentuaram posteriormente. Apresentando-se como “independente”, apesar de ter surgido no interior de um dos partidos que compunha a maioria cessante (o PSD) e ter um apoio expresso do outro partido (o CDS-PP), que até abdicou de se apresentar no Porto com a sua sigla, a Lista Rui Moreira, beneficiou de um voto útil contra a candidatura oficial do PSD protagonizada por Luís Filipe Menezes, contra os partidos que se têm alternado na presidência da Câmara, incluindo o PS, conseguindo obter votos em várias áreas políticas, nomeadamente de eleitores que anteriormente tinham votado no PSD, no PS e no CDS.

As candidaturas autárquicas de PSD, PS e BE registaram globalmente resultados eleitorais negativos na cidade, com a perda de mandatos, votos e percentagem. O PS e o PSD registaram dos piores resultados de sempre. O PSD depois duma campanha baseada num discurso populista e demagógico passou para terceira força política. O PS, na votação para a Câmara perdeu quase 20 mil votos e 2 vereadores, acumulando também perdas significativas nas votações para a Assembleia Municipal e freguesias. Também o BE teve uma redução significativa de votos, nomeadamente na Assembleia Municipal, que levou à redução da sua representação.

As Eleições ao Parlamento Europeu do passado dia 25 de Maio traduziram-se num aumento da expressão e influência eleitorais da CDU – passando de 10.7% para mais de 12.6% – e o aumento do número de mandatos com a eleição do terceiro deputado, num contexto de redução do número total de deputados portugueses no PE, traduzindo-se assim num dos mais expressivos resultados eleitorais da CDU para o Parlamento Europeu.

Ao nível da cidade do Porto, a CDU cresceu em termos percentuais de 9,74% para 12,09%.

Os resultados confirmam uma inequívoca derrota dos partidos do governo e uma contundente condenação da sua política. Um resultado que expressa no plano eleitoral o indissolúvel isolamento político e social do Governo PSD/CDS para o qual, a luta dos trabalhadores e do povo português e a intervenção coerente das forças que integram a CDU, deram a mais decisiva contribuição.

Camaradas,

Estes últimos dois anos confirmaram no essencial o quadro político e partidário traçado na nossa 9ª Assembleia de Organização, nomeadamente ao nível da actuação da coligação PSD/CDS que governava o Município, num contexto de ingerência externa a que o país se mantém sujeito.

Durante a segunda metade do seu último mandato, a coligação municipal PSD/CDS agravou a austeridade, com a redução do investimento municipal para níveis mínimos. Continuou a prossecução de uma política ao serviço dos grandes interesses económicos, nomeadamente ao nível imobiliário e financeiro, bem patente na lógica de reabilitação urbana. Prosseguiu a demolição de habitação social, sem reposição dos fogos demolidos, aprovando um regulamento de gestão do parque habitacional de contornos anti-sociais.

Na sequência dos resultados das eleições autárquicas, em que nenhuma força política obteve uma maioria absoluta, assistiu-se à inédita constituição de uma coligação pós eleitoral entre a lista vencedora (Rui Moreira/CDS) e o PS, sendo que este partido (que como referi obteve o seu pior resultado de sempre no Porto), abdicou dos seus compromissos programáticos, assumindo o papel de executante do programa de Rui Moreira e do CDS.

Efectivamente, num quadro político e institucional marcado pela ausência de maiorias absolutas nos órgãos municipais e na generalidade das freguesias, no qual seriam muitas as possibilidades de convergências em torno de questões concretas tendo em vista a resolução dos problemas existentes, o PS optou por dar total cobertura à candidatura de Rui Moreira. Com esta atitude, o PS deixou, mais uma vez, “cair a máscara”, demonstrando como eram falsos e oportunistas os seus apelos a uma “coligação de esquerda” que, objectivamente, apenas serviam para camuflar o seu papel na implementação de políticas de direita – quer no Porto, quer no País.

A maioria Rui Moreira/CDS/PS procurou gerar a percepção de início de um novo ciclo na gestão municipal, assente num novo estilo de relacionamento. A campanha comunicacional de promoção de imagem, assente em grande medida nas expectativas de muitos portuenses, pretende passar a mensagem de que está a desbloquear os impasses e problemas que a gestão da coligação PSD/CDS tinha criado.

Contudo, nestes primeiros meses de gestão municipal, houve promessas eleitorais que ficaram por cumprir e há, ao nível das principais políticas, uma continuidade das opções políticas da coligação PSD/CDS liderada por Rui Rio. O orçamento municipal para 2014 foi disso bem exemplo, tornando-se um dos orçamentos mais baixos de sempre, com um dos menores níveis de investimento, na continuidade da austeridade de Rui Rio e da anterior coligação PSD/CDS. Decisões estratégicas para o futuro da cidade, como o Mercado do Bolhão e o Palácio de Cristal ficaram adiadas.

A prioridade a dar a Campanhã, assumida como um dos principais compromissos eleitorais, não se vislumbrou e até as acções de dinamização cultural sofreram cortes (incluindo as subvenções directas), apesar de toda a propaganda em contrário. Os exemplos da manutenção do despejo da Seiva Trupe do Teatro do Campo Alegre e a concessão da programação do Teatro Municipal Rivoli e Teatro do Campo Alegre são demonstrações de continuidade de políticas. Mas há mais.

Segundo declarações feitas entretanto por responsáveis da maioria da coligação Rui Moreira/CDS/PS estão a ser ponderados novos processos de privatização, nomeadamente nas áreas da limpeza urbana e do estacionamento na via pública. A confirmar-se esta perspectiva, tal seria profundamente negativo.

O não cumprimento da promessa eleitoral de Rui Moreira e de Manuel Pizarro de revogação do Regulamento da Habitação Municipal, imposto no final do mandato anterior, tratou-se de um aspecto negativo. O processo de revisão do referido regulamento entretanto levado a cabo como alternativa à sua revogação, apesar das propostas apresentadas pela CDU, esteve longe de resultar na conclusão de regras justas e transparentes para a gestão dos bairros municipais.

Relativamente ao exercício do direito constitucional de livre colocação de propaganda política, destaca-se negativamente as várias retiradas de propaganda eleitoral da CDU de toda a cidade, a par com o afrontamento assumido perante a Comissão Nacional de Eleições. O Acórdão do Tribunal Constitucional que resultou desta situação corresponde a um reforço das posições defendidas pelo PCP e a mais uma derrota de todos aqueles que em anteriores e no actual mandato procuram cercar a intervenção do PCP e de outras forças que dão combate às políticas de direita. Ainda sobre esta matéria, registre-se que a luta prolongada levada a cabo desde 2004 pelo PCP conduziu ao reconhecimento por parte da coligação Rui Moreira/CDS/PS da necessidade de alteração das normas municipais em vigor nesta matéria. Vamos ainda ver no que isto vai dar..

Apesar dos “tiros de pólvora seca” do novo Presidente da Câmara do Porto, no essencial, a nova maioria Rui Moreira/CDS/PS tem assumido um posicionamento de colaboração com o Governo

PSD/CDS no ataque aos serviços públicos no Porto.

A aceitação da privatização do Metro da Porto e da STCP, o acordo com os encerramento de esquadras da PSP e dos SASU da Rua da Constituição e o protocolo de verdadeira liquidação da Sociedade de Reabilitação Urbana mostram as cumplicidades entre o Governo PSD/CDS e a maioria municipal Rui Moreira/CDS/PS.

Há poucos dias, numa entrevista de Rui Moreira publicada na imprensa, este afirmava quando questionado sobre o que significaria para o Governo em ter um independente na presidência da Câmara do Porto *“Pensaram que seria um risco. Nos últimos meses, e num conjunto de dossiers políticos, demonstramos que é possível trabalhar com o Governo. Chegamos a acordo, no caso da SRU, antes das eleições europeias, e um destacado vereador socialista, líder da concelhia, aplaudiu decisões do Governo. É um exemplo.”*.

Como se vê, bem podem Passos Coelho e Paulo Portas estar descansados, que Rui Moreira e Manuel Pizarro já deram várias provas de serem bons parceiros para a concretização das suas malfeitorias!

Camaradas,

Os comunistas do Porto têm estado nas lutas reivindicativas realizadas por cá. Este também é o nosso papel. Infelizmente, a vida do povo do Porto está cada vez mais difícil. Assim, à enorme ofensiva aos direitos conquistados, temos que opor a luta das populações e dos trabalhadores. Este é um elemento fundamental de resistência.

Têm sido muitas as lutas travadas. As grandes acções de luta nacionais, organizadas pela CGTP-IN, como as três greves gerais realizadas em 2012 e 2013, assim como as grandes manifestações nacionais e regionais, tiveram o envolvimento activo da Organização da Cidade do Porto do PCP.

Na luta das populações destaca-se contributo dado pelos comunistas nas várias acções de protesto pela defesa dos serviços públicos e contra o seu encerramento ou privatização, nas acções de protesto contra os encerramentos das estações dos CTT, de esquadras da PSP e da Extensão de Azevedo do Centro de Saúde de Campanhã, assim como para a luta dos moradores dos bairros do IHRU contra os brutais aumentos de rendas.

Importante foi também o estímulo dado à luta das populações contra a extinção de freguesias.

Camaradas,

A situação social e política exige um PCP mais forte! Muita da nossa atenção tem de continuar a ser dispensada ao reforço da nossa organização partidária e da sua ligação à população e aos trabalhadores.

É justo afirmar que, também no Porto, o PCP está mais forte! Entre as organizações de base há diferenças de freguesia para freguesia, de sector para sector, há dificuldades que persistem, há desafios sérios que temos de enfrentar.

Apesar da extinção administrativa de freguesias, levando a cabo a orientação para o reforço das organizações de base, mantiveram-se todos os organismos de base local existentes, procurando o seu reforço e maior proximidade com os problemas das populações, sem prejuízo de uma intervenção autárquica articulada nos casos das uniões de freguesia.

Simultaneamente, o Partido manteve a prioridade do reforço da sua organização junto dos trabalhadores.

Ao nível do trabalho de fundos, precisamos de aumentar as receitas do Partido, sobretudo a recolha de quotas, para fazer face às crescentes necessidades de intervenção política.

A cidade do Porto tem uma realidade demográfica marcada por um grande envelhecimento da população e isso reflecte-se na organização do Partido. É necessário de atribuir maior atenção ao recrutamento. O PCP tem um projecto moderno e atractivo, um projecto que interessa a todas as camadas não monopolistas, um projecto que a realidades local, nacional e internacional, com particular evidência na actual fase histórica, confirmam a pertinência.

Não temos feito tudo o que está ao nosso alcance nesta matéria. É necessário e possível trazeremos muito mais gente ao nosso Partido!

Outra questão fundamental é a responsabilização de mais camaradas por tarefas concretas. Muito tem sido feito, muitas vezes apostando em novos quadros com pouca experiência mas que revelam qualidades, interesse e disponibilidade para ajudar o Partido assumindo mais responsabilidades. Mas também nesta matéria, precisamos de muito mais.

Camaradas,

Vivemos tempos de resistência a uma fortíssima ofensiva contra o regime democrático, as conquistas que ainda restam da revolução de Abril e à própria Constituição da República Portuguesa, tempos de acumulação de forças, de luta por uma política patriótica e de esquerda, pelos Valores de Abril e por uma Democracia Avançada.

A realidade que enfrentamos é adversa. As tarefas são muitas e difíceis. Mas com empenho, determinação, perseverança e combatividade continuaremos a trabalhar para transformar o nosso sonho de uma sociedade mais justa em realidade.

Vivam os trabalhadores e o povo do Porto!

Viva o Ideal Comunista!

Viva o Partido Comunista Português!